

ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.



CNPJ: 05.053.020/0001-44

O contrato de *leasing* foi firmado em agosto de 2014 e os primeiros veículos industriais foram entregues a partir de outubro de 2014. O prazo de vigência do contrato é de 60 meses.

O arrendamento foi classificado como um arrendamento financeiro. A Companhia não pode estimar de forma confiável os valores justos relativos ao elemento de arrendamento e outros elementos dos pagamentos necessários. Assim, no início do arrendamento a Companhia reconheceu um ativo e um passivo em um montante igual ao valor justo estimado do equipamento. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros de 3,78% a.a.

18. Provisões, contingências e Depósitos judiciais

a. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

| | Depósitos judiciais | | Provisões | |
|--------------------------------|---------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Tributárias | - | 17.393 | 10.693 | 9.658 |
| Cíveis | - | - | 979 | 1.053 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 8.184 | 7.096 | 2.903 | 783 |
| Ambientais | - | - | 47.328 | 43.528 |
| | <u>8.184</u> | <u>24.489</u> | <u>61.903</u> | <u>55.022</u> |

b. A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

| | Depósitos judiciais | | Provisões | |
|---------------------------------|---------------------|--------------|-----------|---------------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | - | 28.643 | - | 42.730 |
| Adições | - | 1.555 | - | 17.356 |
| Baixas | - | (6.771) | - | (8.004) |
| Atualizações monetárias | - | 1.063 | - | 5.567 |
| Ajuste Valor Presente | - | - | - | (2.627) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | - | 24.489 | - | 55.022 |
| Adições | - | 328 | - | 7.988 |
| Baixas | - | (17.592) | - | (9.131) |
| Atualizações monetárias | - | 959 | - | 5.721 |
| Ajuste Valor Presente | - | - | - | 2.303 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | - | <u>8.184</u> | - | <u>61.903</u> |

c. Natureza das provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

- Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira e também nos processos de isenção de tributos federais oriundos das operações de importação (*drawback*).
- A natureza das obrigações tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos pelo não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) incidentes sobre conexão de energia elétrica entre os anos de 2007 a 2012 e compensações ou pedidos de restituição de crédito do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 a 2012.
- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Passivos ambientais - a Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de soçagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente.

d. Perdas contingências possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

| | 2014 | 2013 |
|--------------|----------------|----------------|
| Tributárias | 135.614 | 165.390 |
| Cíveis | 1.169 | 799 |
| Trabalhistas | 34.609 | 17.829 |
| | <u>171.392</u> | <u>184.018</u> |

Refs

Em agosto de 2014, a Companhia aderiu à Lei 12.996/2014, que reabriu até 29 de agosto de 2014 o prazo de pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal. Pela adesão, foram recolhidos à vista o valor de R\$ 66.761 mil, referente a processo tributário que se encontrava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal.

19. Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1.00 por ação.

As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade.

A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe "B", registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil. Em AGE realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade.

Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, a Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta e nove ações) ações ordinárias, de Classe "A". Todas de emissão da Companhia. Em 2014 não houve mudança na participação acionária da Companhia.

b. Reservas de capital

A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

c. Reserva de reavaliação

A realização dessa reserva é efetuada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

d. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195 - A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 12(c), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

f. Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída de acordo com o estabelecido nos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva é constituída quando a Companhia tem dividendo obrigatório a distribuir, mas não possui condições financeiras para o pagamento.

g. Ajustes de avaliação patrimonial

A conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial na Companhia contempla os ganhos e as perdas, líquidos dos efeitos tributários, não realizados decorrentes de instrumentos financeiros derivados de proteção de fluxos de caixa. Esses valores serão transferidos para o resultado do exercício quando de sua realização (vide Nota 5.4).

h. Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2014:

| | 2014 |
|--|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 293.443 |
| Reserva Reavaliação/especial - realização | 1.533 |
| Lucro ajustado com a realização da reserva | 294.976 |
| Reserva de incentivos fiscais - constituição | (2.636) |
| Reserva legal - constituição | (14.672) |
| Total | <u>277.668</u> |

Resultado do exercício a ser destinado:

| | 2014 |
|--|-----------|
| Dividendos propostos (50%) | (138.834) |
| Reserva de lucros para expansão e investimentos - constituição | (138.834) |

Os dividendos acima propostos são o mínimo determinado na Lei nº 6.404, considerando que o estatuto social da Companhia é omissivo.

Na AGE de 10 de outubro de 2014, foi destinado e pago o valor de R\$ 96.000 (noventa e seis milhões de reais) para pagamento de dividendos aos acionistas até 15 de dezembro de 2014 proveniente do saldo reconhecido na Reserva de Lucro - Expansão/ Investimento.

20. (Despesas) receitas operacionais

| | Exercício findo em 31 de dezembro de | |
|--|--------------------------------------|-----------------|
| | 2014 | 2013 |
| Vendas e comerciais | | |
| Taxas e serviços carga | (38.732) | (27.767) |
| Demurrage | (2.136) | (865) |
| Partes Relacionadas | (37.011) | (12.193) |
| Outras | - | (1.821) |
| | <u>(77.879)</u> | <u>(42.646)</u> |
| Gerais e administrativas | | |
| Pessoal e Benefícios | (20.926) | (29.289) |
| Serviços (consultoria, Infraestrutura e outros) | (11.516) | (3.843) |
| Despesas de viagem | (146) | (292) |
| Apoio a comunidade | (419) | (502) |
| Tributos | (3.159) | (2.852) |
| Partes relacionadas | (10.543) | (13.609) |
| Depreciação e amortização | (5.750) | (3.024) |
| Outras | (2.686) | (9.343) |
| | <u>(55.145)</u> | <u>(62.754)</u> |
| Honorários dos administradores | (2.062) | (1.069) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | | |
| Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros | (3.396) | (6.274) |
| Ajuste de inventário | (5.059) | (15) |
| Sinistro | (799) | (917) |
| Provisão Beneficiamento RGC | (5.817) | (250) |
| Reintegra | 12.499 | 41.032 |
| Provisão de Obsolescência | (703) | (186) |
| Provisão para perdas pré-pagamento - Eletronorte | (7.982) | (10.766) |
| Diferimento ICMS - Lei nº 6.307/00 | - | (693) |
| Previdência privada | - | 3.218 |
| Provisão perdas com ações - Eletrobrás | (105) | 185 |
| Regularização PIS/COFINS | - | 74 |
| PIS/COFINS sobre outras receitas | (5.547) | (148) |
| Gastos com pesquisa e desenvolvimento | - | (2.361) |
| Provisão para devedores duvidosos | (456) | (2.471) |
| Outros créditos venda de energia | 60.201 | - |
| ICMS sobre outras operações | (2.420) | (7) |
| Inadimplência mercado de energia | (2.675) | - |
| Despesa com Lei 12.966/2014 - Refis (i) | (50.544) | - |
| Outras | 632 | (762) |
| | <u>(12.171)</u> | <u>19.659</u> |
| Despesas operacionais | <u>(147.257)</u> | <u>(86.810)</u> |